

2. Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Centro Regional de Alcoologia do Sul

Despacho

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 16 de Fevereiro de 2006:

Madalena Candeias Mestre — ratificado o contrato de trabalho a termo certo, por três meses, eventualmente renovável, para o exercício de funções correspondentes à categoria de assistente administrativo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 26 de Janeiro de 2006.

29 de Maio de 2006. — A Administradora, *Margarida Jordão*.
3000212458

Despacho

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 20 de Dezembro de 2005:

Ana Margarida Mostardinha Alves Murteiro — ratificado o contrato de trabalho a termo certo, por três meses, não renovável, para o exercício de funções correspondentes à categoria de enfermeiro, ao abrigo do n.º 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 1 de Dezembro de 2005.

30 de Maio de 2006. — A Administradora, *Margarida Jordão*.
3000212281

Despacho

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 16 de Fevereiro de 2006:

António Carlos Gonçalves Madeira — ratificado o contrato de trabalho a termo certo, por três meses, não renovável, para o exercício de funções correspondentes à categoria de assistente administrativo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 2 de Fevereiro de 2006.

6 de Junho de 2006. — A Administradora, *Margarida Jordão*.
3000212456

Despacho

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 16 de Fevereiro de 2006:

Jorge Emanuel Barreiros Trindade Ferreira — ratificado o contrato de trabalho a termo certo, por três meses, não renovável, para o exercício de funções correspondentes à categoria de assistente administrativo, ao abrigo do n.º 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 2 de Fevereiro de 2006.

6 de Junho de 2006. — A Administradora, *Margarida Jordão*.
3000212457

Despacho

Por deliberação do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo de 19 de Janeiro de 2006:

Yara Suely Martins Rodrigues — ratificado o contrato de trabalho a termo certo, por três meses, eventualmente renovável, para o exercício de funções correspondentes à categoria de auxiliar de acção médica, ao abrigo do n.º 4 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 23 de Dezembro de 2005.

8 de Junho de 2006. — A Administradora, *Margarida Jordão*.
3000212280

TRIBUNAIS

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALMADA

Anúncio

Processo n.º 5466/05.0TBALM.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credora — Finibanco, S. A.
Devedor — Acácio Varanda do Aido e outro(s).

Publicidade de sentença nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Almada, 3.º Juízo Competência Cível de Almada, no dia 25 de Agosto de 2006, às 17 horas e 30 minutos foi proferida sentença de declaração de insolvência da requerida herança jacente de Acácio Varanda do Aido, representada pela cabeça-de-casal, Maria Manuela Rodrigues Duarte do Aido, residente na Rua de João de Portugal, 32, 3.º, direito, em Almada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Ana Rita de Jesus Severino, com endereço na Rua de Torcato José Clavine, 7, 2.ª cave direita, Pragal, 2800-592 Almada.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

25 de Agosto de 2006. — O Juiz de Direito, *Luis Seixas*. —
A Oficial de Justiça, *Madalena Fonseca*. 3000215527

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALMADA

Anúncio

Processo n.º 5796/05.0TBALM.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credora — Nunes, Tavares & C.ª, L.ª
Insolvente — Carlos Manuel Belo Matos Ferreira.

Insolvente: Carlos Manuel Belo Matos Ferreira, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 188347550, bilhete de identidade n.º 10180620, com endereço na Calçada de Alfazina, 7, H.71, rés-do-chão, direito, Monte da Caparica, 2825-000 Almada.

Administradora, Dr.ª Ana Rita de Jesus Severino, com endereço na Rua de Torcato José Clavine, 7, 2.ª cave direita, Pragal, 2800-592 Almada.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por não haver sido requerido o complemento da sentença simplificada de insolvência, sem prejuízo da tramitação até final do incidente limitado de qualificação da insolvência.

Efeitos do encerramento:

O requerido não fica privado dos poderes de administração e disposição do seu património, nem se produzem quaisquer dos efeitos que normalmente correspondem à declaração de insolvência;

A administradora da insolvência limita a sua actividade à elaboração do parecer a que se refere o n.º 2 do artigo 188.º do CIRE.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

11 de Agosto de 2006. — A Juíza de Direito, *Cláudia Sofia Barata*. — A Oficial de Justiça, *Izaurinda Catarino*. 3000215526

TRIBUNAL DA COMARCA DE BENAVENTE

Anúncio

Processo n.º 782/06.6TBBNV.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Credora — Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

Devedor — José Manuel Brás de Matos e outro(s).

Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Tribunal da Comarca de Benavente, 2.º Juízo de Benavente, no dia 17 de Julho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores José Manuel Brás de Matos, nascido em 4 de Abril de 1955, freguesia de São Miguel de Acha, Idanha-a-Nova, com endereço no Edifício Torre, 2.º, esquerdo, Porto Alto, 2135-000 Samora Correia, e Maria Fernanda Brida de Matos, nascida em 16 de Dezembro de 1956, freguesia de Alvega, Abrantes, bilhete de identidade n.º 5598805, com endereço no Edifício Torre, 2.º, esquerdo, Porto Alto, 2135-000 Samora Correia, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada Ana Rita de Jesus Severino, com endereço na Rua de Torcato José Clavine, 7, 2.ª cave direita, 2800-592 Almada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

11 de Agosto de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Fontinha*. — O Oficial de Justiça, *Domingos Martins Pereira*. 3000215528

TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

Anúncio

Processo n.º 3350/05.6TBCLD.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Requerente — Patrícia Solange Martins Clemente e outro(s).

Insolvente — Autoeste — Companhia de Veículos do Oeste, S. A., e outro(s).

Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Autoeste — Companhia de Veículos do Oeste, S. A., número de identificação fiscal 500038775, com endereço no Edifício Autoeste, apartado 31, 2504-909 Caldas da Rainha.

Carlos Henriques Matias Maia Pinto, com endereço no Edifício 2003, Avenida de D. João III, entrada A, 3.º, esquerdo, 2400-163 Leiria.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado foi designado o dia 25 de Setembro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

1 de Agosto de 2006. — A Juíza de Direito, *Cristina Cruz*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Jorge Gomes Ferreira*. 1000305566

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

Anúncio

Processo n.º 3018/06.6TJCBR.

Insolvência de pessoa singular (apresentação).

Insolventes — Joaquim Fernando Almeida Pinheiro Saraiva e Maria Manuela da Costa Oliveira Saraiva.

Credor — Banco Espírito Santo, S. A., e outros

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Juízo Cível de Coimbra, 2.º Juízo Cível de Coimbra, no dia 7 de Setembro de 2006, pelas 14 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores: Joaquim Fernando Almeida Pinheiro Saraiva e mulher, Maria Manuela da Costa Oliveira Saraiva, casados no regime de comunhão de adquiridos, residentes na Rua de Miguel Torga, 249, 6.º, B, 3000 Coimbra.

Foi fixada a residência dos devedores insolventes na Rua de Miguel Torga, 249, 6.º, B, Coimbra.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. José Alberto Rodrigues Baptista, com endereço na Rua de José Castilho, lote 16, 3.º, direito, 3000-301 Coimbra.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que dispõemham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;